Jornal do Professor

Adufg SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO III– Nº 27 – NOVEMBRO DE 2015

EDITORIAL

Autonomia

Imagine se leis aprovadas pelo Congresso ou normas do Ministério da Educação só valessem na universidade se aprovadas por seu conselho superior. Uma universidade que negociasse de igual para igual com governadores, senadores, deputados, que tivesse autonomia plena para gerir seus recursos, escolher seus dirigentes.

Essa universidade existe. Na Finlândia, por exemplo. E também no Brasil, pelo menos no papel, como é o caso do estatuto da UnB. Mas a nossa realidade brasileira é a da falta de autonomia plena, um dado de grande entrave para a geração do conhecimento, avanço da cultura e do crescimento econômico do país.

José Geraldo Sousa Junior, ex-reitor da UnB e um dos mais importantes pensadores das universidades no Brasil, nos oferece, nesta edição, uma valiosa amostra de suas ideias, além de informações históricas, sobre o assunto. Assunto que volta à pauta nacional, com a aprovação da PEC 395, que permite a cobrança em programas de pós-graduação *lato sensu*. Sobre a PEC, um denso artigo da professora Cláudia Morgado, professora da UFRJ e coordenadora do Fórum de *Lato Sensu*, exclusivo para o **JP**.

São também relacionadas à falta de autonomia as dificuldades administrativas da UFG, devido aos cortes de recursos. Dificuldades que podem aumentar em 2016, como prevê a Proad. Assunto da nossa coluna *Respingos.*

Mas como a instituição é feita também de pessoas e não apenas de números, exploramos um pouco a história de vida de Thomas Roland Hoag, o professor americano que mais tempo trabalhou no curso de Jornalismo da UFG, desde a sua fundação. Thomas veio parar em Goiás fugindo da Guerra do Vietnã, em 1967, e aqui redesenhou sua trajetória. Nessa esteira, confira as ações do professor Jeblin Abraão para instalar um sistema digital e integrado de informações, precursor da internet, para melhorar a comunicação da UFG, nos anos 1990.

Tenha uma boa leitura.

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fábio Alves

OLHAR AZUL SOBRE GOIÁS - *Fotojornalista e professor aposentado da FIC, Thomas Hoag parou em Goiás fugindo da Guerra do Vietnã. Veja amostra de seu trabalho fotográfico.* **Páginas 15 e 16**

‘As universidades não precisam de ministério’

Pensador da autonomia universitária, o ex-reitor da UnB José Geraldo Junior defende lei orgânica que garanta autogestão política, administrativa, financeira e acadêmica das universidades.

Páginas 8 e 9

Macloys Aquino

FESTA DO PROFESSOR - *Cleidna Landivar (Cepae) e sua filha Esther embelezaram a confraternização na Sede Campestre.*

Páginas 10 e 11

Mais cortes em 2016

Proad prevê mais arrocho a partir do ano que vem.

Respingos, página 5

Sindicatos aprovam consulta eletrônica

Página 7

Licenciatura tem 895 vagas ociosas

Página 12

PEC 395: segurança jurídica para a autonomia universitária

Cláudia Morgado*

A redação que foi aprovada no 1º turno de votação da PEC 395/2014, substitutivo proposto pelo relator, deputado Cleber Verde (PRB-MA), acolheu aspectos importantes que a autonomia universitária consolidou nas últimas décadas e coloca em relevo as seguintes questões: (1) as universidades públicas estão realmente capacitadas a exercer a plena autonomia universitária? (2) As universidades públicas devem, ou podem responder às demandas dinâmicas da sociedade na capacitação especializada, tecnológica e aplicada? (3) As universidades públicas podem apropriar-se de recursos extras orçamentários originários da contribuição de profissionais e/ou instituições públicas e privadas?

Para essas questões, a resposta da sociedade brasileira, assim como da maioria de seus parlamentares, considera que podem, e mais, que devem, com plena confiança na autonomia das decisões colegiadas das universidades públicas. Por isso, a Comissão Especial de parlamentares dedicados à área de educação, por unanimidade, e o plenário da Câmara dos Deputados, por 318 votos no 1º turno, aprovaram a mudança no texto constitucional. A gratuidade no ensino público nos estabelecimentos oficiais, garantida e mantida para os cursos de graduação, mestrado "acadêmico" e doutorado, além dos programas de residência e de formação de profissionais na área de ensino, significa a preservação da responsabilidade constitucional do Estado em prover recursos do orçamento público para sua execução, e por decorrência, constitui a obrigatoriedade da seleção de alunos por acesso universal.

Facultar a oferta de cursos de extensão, de pós-graduação *lato sensu* e de mestrado profissional, respeitada a autonomia universitária, significa poder financiar os cursos através de contribuições da sociedade, conforme possibilita o Art. 205 da C.F.: "a educação como um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". Caso contrário, optar pela aplicação do princípio da gratuidade para esses cursos significa o desvio de recursos orçamentários da graduação e da infraestrutura das universidades públicas para manter a oferta desses cursos e necessariamente acesso universal, o que impossibilitaria o atendimento de demandas das instituições públicas e privadas.

Cabe observar que as atuais práticas de custeio não significam ilegalidade concreta, uma vez que outros dispositivos da Constituição Federal – Art. 205 (citado acima), Art. 207 (*As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial*...) e Art. 208, inciso I (*O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos*...) – são fontes legítimas de direito constitucional que se somam as resoluções do Conselho Nacional de Educação e as portarias do MEC e da Capes, fontes essas de direito administrativo, infraconstitucionais, uma vez que traduzem políticas de Estado, ratificadas democraticamente pelos conselhos das universidades públicas.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*

Diferentemente das ofertas regulares de ensino (graduação e pós-graduação *stricto sensu*), que integram a essência das instituições de ensino superior e cuja oferta é forçosamente contínua, a pós-graduação *lato sensu* tem sua oferta facultativa, podendo as Ifes cobrar por ela. E isso por uma razão muito simples: não sendo considerada essencial, a essa atividade não são destinadas verbas orçamentárias, tampouco existem possibilidades de financiamento pelas agências de fomento; não seria, portanto, desejável que as universidades públicas desviassem os seus recursos – já escassos – para a sustentação de atividades acessórias, em prejuízo das suas funções essenciais. Uma eventual proibição do autofinanciamento implicaria, de fato, a cessação da oferta desses cursos pelas universidades públicas.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) também se pronunciou sobre a cobrança dos cursos lato sensu:

E no que tange aos outros cursos, outros gêneros não regulares de educação superior, não somente podem as instituições cobrar por sua oferta quanto, mais ainda, decididamente, deveriam cobrar por ela, visto que não se espera que as universidades públicas destinem recursos públicos para tarefas que não façam parte de sua missão constitucional, para a qual, e somente para esta, está preceituada a gratuidade." [Parecer CNE/CES 0364/2002]

As universidades públicas, principalmente nas áreas ditas profissionais como Engenharias, Saúde, Administração, Economia, Direito e as novas áreas Interdisciplinares consideram a oportunidade de ofertar cursos *lato sensu* como um ambiente de prospecção de novos temas de pesquisa, identificação de novas demandas sociais de formação profissional e, ao mesmo tempo, um mecanismo de transmissão rápida do conhecimento para a sociedade.

Portanto, a oferta de cursos lato sensu nas universidades públicas não se limita a promover a formação profissional especializada, mas é reciprocamente um espaço de reflexão entre aluno e docente, entre experientes profissionais e servidores do ofício intelectual na sociedade que se insere.

Mestrado Profissional

A Portaria Normativa MEC Nº 17 de 28 de dezembro de 2009 define os objetivos do Mestrado Profissional no seu Art. 4º.

Essa modalidade de mestrado diferencia-se da pós-graduação *stricto sensu* tradicional por orientar suas pesquisas à formação de profissionais para os interesses da sociedade, configuradas de comum acordo entre a academia e os atores sociais envolvidos com as demandas específicas, organizações públicas e privadas.

A Portaria CAPES Nº 80/1998 instituiu a modalidade Mestrado Profissional no Brasil, estabelecendo os requisitos para seu credenciamento e reconhecimento e avaliação conforme descrito do Art. 1º ao Art. 4º; e determinando "sua vocação para o autofinanciamento" no Art. 6º:

Art. 6º.- Os cursos da modalidade tratada nesta portaria possuem vocação para o autofinanciamento. Este aspecto deve ser explorado para iniciativas de convênios com vistas ao patrocínio de suas atividades.

Portanto, a situação de asfixia financeira a que está acometido o mestrado profissional, cuja a oferta atual é realizada pelas universidades públicas (66,7%), anuncia a sua extinção e só sobreviverão os mestrados profissionais em ensino e os cursos das instituições privadas que elevarão seus preços, diminuindo ainda mais a democratização do acesso.

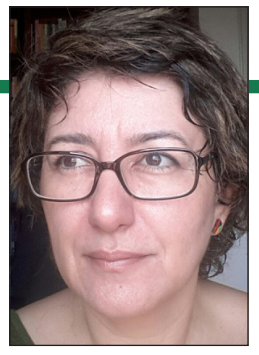
A gratuidade para o mestrado profissional proíbe que se realize convênios que destinem cotas institucionais para os seus funcionários. Algumas universidades públicas já enfrentam óbices jurídicos de realizarem esses convênios, conforme preceitua o CNE no parecer a seguir:

Nada impede que estes programas sejam financiados por outras entidades privadas ou públicas, desde que não haja interferência no processo regular de seleção de alunos que se caracteriza pela preferência a alunos que de alguma forma estejam relacionados aos interesses do patrocinador. [Parecer CNE/CES 81/2003]

Logo, facultar a gratuidade do mestrado profissional trará segurança jurídica para a celebração de convênios com instituições públicas e privadas, o que viabilizará a continuidade da oferta o programa e poder oferecer bolsas para atender a demanda social pelo acesso universal.

Portanto, inviabilizar a universidade pública, reconhecida pela sua qualidade acadêmica, de atuar nos cursos de pós-graduação *lato sensu* e mestrados profissionais em algumas áreas de conhecimento, por questões orçamentárias, apesar do interesse de financiamento de setores da sociedade, significa subtrair e desarticular um elo importante do princípio de qualidade acadêmica e também constitucional.

** Professora doutora da Escola Politécnica da UFRJ e coordenadora do Fórum de* Lato Sensu



“Primaveras feministas”: as mulheres sacodem as cidades brasileiras

Alcilene Cavalcante de Oliveira*

A história das mulheres no Ocidente é uma história de luta pela cidadania, pela conquista de direitos: de estudar, de votar, de trabalhar, de decidir sobre o próprio corpo, de ter salários iguais aos dos homens para as mesmas funções. Os feminismos protagonizam essa história. Feministas defenderam sempre a autonomia das mulheres e a equidade de gênero, a despeito de uma cultura de dominação masculina, que muitas vezes faz chacotas e caricaturas depreciativas dessas mulheres.

Manifestações de mulheres, em diferentes cidades brasileiras, configuraram pautas de veículos de comunicação de massa, de projeção nacional, como a Isto É, a Época, a Carta Capital, o El país e de diferentes blogs e redes sociais, nas últimas semanas. Algumas das matérias jornalísticas denominaram tais movimentos como “Primaveras feministas”, reiterando o protagonismo de feministas em tais mobilizações de contornos heterogêneos, quanto à escolarização, à etnia e à renda – que obtiveram repercussão internacional.

Nota-se que alguns desses veículos procuraram eleger eventos fundadores dessa onda que se propagou pelas cidades do país: se o assédio de massa a uma menina de 12 anos, em um programa de TV aberta, que gerou a hashtag #MeuPrimeiroAssédio, que reuniu inúmeros relatos de mulheres sobre o assunto, deixando colunistas consagrados estupefatos com a dimensão do assédio sexual no país; se o ENEM/2015, que colocou milhares de jovens brasileiros para escrever sobre “a permanência da violência contra as mulheres na sociedade brasileira” e para responder a uma questão, a partir de uma frase da filósofa francesa Simone de Beauvoir, segundo a qual “Ninguém nasce mulher, torna-se”; se o Projeto Lei 5069/13, de autoria do deputado Eduardo Cunha, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, na Câmara Federal, e que visa retroceder a legislação vigente de acolhimento às mulheres (crianças/adolescentes) vitimizadas pela violência sexual.

De qualquer maneira, no âmbito da disciplina História, constatamos que um acontecimento nunca é um fenômeno isolado. Constitui um processo mais amplo: os acontecimentos por mais que guardem uma aparência inusitada, por mais que configurem rompantes na ordem social vigente, desvelam processos em curso, com durações variáveis e desdobramentos diversos.

No caso de nossas “ primaveras”, aqui, no Brasil, bastante aquecidas, indicam reação a uma cultura política autoritária, excludente, machista e homofóbica. É um grito de basta! São manifestações de diferentes coletivos de mulheres contrários às investidas de fundamentalistas religiosos e machistas, personificados nas figuras de Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e, mais recentemente, de Eduardo Cunha. Em Goiás, os deputados federais João Campos e Delegado Waldir – que votaram favoravelmente ao referido PL, que dificulta o acesso das vítimas de estupro ao sistema de saúde – personificam, igualmente, esse segmento da política brasileira atual.

Há décadas, as feministas brasileiras, em diferentes espaços sociais, têm denunciado a cultura de dominação masculina, que, ao estruturar políticas no país, acentua a discriminação de gênero, a violência contra as mulheres, o cerceamento a um direito fundamental que é a decisão sobre o próprio corpo.

No bojo da discussão sobre o #MeuPrimeiroAssédio foram registrados inúmeros relatos que reiteram o fato de as mulheres brasileiras serem assediadas desde a infância, incluindo o abuso sexual. Não é a toa que o IPEA (2014) apurou que ocorrem anualmente 527 mil estupros no Brasil, sendo que apenas 10% desses casos são oficialmente denunciados e, ainda, parte significativa deles implicam crianças e adolescentes. Estupros e assédios acontecem nas universidades brasileiras!

As mobilizações de mulheres das últimas semanas revelam as conexões de suas agendas. As manifestações contra o PL 5069/13, de Eduardo Cunha, reside no fato de esse incidir diretamente sobre a população de mulheres, adolescentes e crianças violentadas sexualmente no Brasil – problemática correlata ao assédio da menina de 12 anos, que gerou a hashtag mencionada acima.

Ao reintroduzir a obrigatoriedade do boletim de ocorrência e do exame de corpo delito – a ser realizado no Instituto Médico Legal (IML) –, o PL de Cunha impõe às mulheres que provem que foram estupradas, para somente depois disso poderem ser acolhidas pelo sistema de saúde e, então, poderem tomar a medicação contra DSTs e HIV, além da contracepção de emergência. Isso é retroceder em um direito conquistado. O resultado disso é bem conhecido: as mulheres fragilizadas não se submetem a esses procedimentos, não oficializam e não são atendidas. É contra isso que as feministas saem às ruas!

Os defensores do PL de Eduardo Cunha argumentam que a alteração da legislação vigente sobre o acolhimento às vítimas de violência sexual faz-se necessária porque muitas meninas têm engravidado e buscado acolhimento no SUS, alegando terem sido estupradas. Ora, corroboramos os apontamentos da professora da UnB, Débora Diniz, que em artigo recente questionou: “como os deputados chegaram a esses dados? Como sabem?” Falácia, peça retórica. Mesmo que haja casos do tipo, isso não constitui argumento razoável para alterar a legislação vigente. Afinal, a mulher vítima de violência sexual seria duplamente penalizada.

Em matéria do El país (09/11/15), Eliane Brum, no artigo “Parabéns, atingimos a burrice máxima”, chama a atenção para o despautério da argumentação de vereadores de Campinas/SP, que fizeram moção de repúdio contra a questão do Enem/2015 – com base na referida frase de Simone de Beauvoir. A articulista observou que os nobres edis não sabem nada sobre a filósofa francesa, desqualificando-a com base em estereótipos étnicos. Mesmo assim, sentem-se à vontade para esbravejar contra o tema.

Na mesma perspectiva, a matéria da BBC (15/10/2015) relata que o verbete sobre Beauvoir na Wikipedia sofreu milhares de alterações, dias depois da prova do Enem/2015. Chegaram ao ponto de imputar a Beauvoir, entre outros aspectos, “a legalização da pedofilia”. Os gestores do site caracterizaram a ação como “vandalismo excessivo”, ou seja: desonestidade intelectual com o propósito claro de desqualificar o conteúdo.

As feministas incomodam e vão incomodar sempre esses senhores, que a despeito dos terríveis dados da situação das mulheres no Brasil, em relação à renda, à oportunidade de trabalho, à violência, à desigualdade de gênero, continuam bem à vontade ocupando o espaço público e criando peças falaciosas para persuadir seus seguidores contra os direitos das mulheres. Diferentemente disto, o feminismo se ancora na ética. Acrescenta a filósofa Márcia Tiburi: “O feminismo é revolucionário, pois defende transformações rumo às liberdades individuais, respeitando à coletividade”.

Em Goiás, vivemos uma aquecida primavera: mais de mil mulheres, chamadas por mais de uma dezena de coletivos feministas/de mulheres, inclusive das universidades instaladas no Estado – que compõem a recente Rede Feminista de Goiás –, saíram às ruas da capital no último dia 04 de novembro e, em uníssono, reiteraram o repúdio ao PL 5069/13, de Cunha, enfatizando: “mexeu com uma, mexeu com todas”!

** Professora de História do Brasil Contemporâneo da Faculdade de História (FH-UFG)*

Adufg SINDICATO notícias

Festa de fim de ano está de volta

O tradicional jantar de fim de ano da Adufg Sindicato está de volta em 2015, mas com muitas novidades. Para a confraternização dos professores filiados será realizada uma "Noite no Botequim", dia 27 de novembro, às 20 horas, no Master Hall, com show de samba e gafieira carioca do grupo musical Choro Samba, dançarinos, buffet de comidinhas de boteco, american bar com bartenders ao vivo preparando os coquetéis e muita descontração.
Os convites para a Noite no Botequim estão disponíveis na sede administrativa e custam R$ 50. São limitados e podem ser vendidos somente na presença do professor filiado. Cada docente tem direito a quatro quatro convites. Crianças até 10 anos não pagam.

Encontro Nacional de Aposentados em Goiânia

Nos dias 20, 21 e 22 deste mês, o Proifes-Federação realizou o "Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria". O evento foi realizado em Goiânia, na Adufg Sindicato.

A reunião teve dois eixos de debate: luta contra a perda dos direitos dos aposentados e a compreensão da atual forma de aposentadoria dos servidores públicos federais. "Estes temas são essenciais na agenda 2016 da entidade e de todos os sindicatos federados", pontuou o diretor de Aposentadoria e Previdência, Nilton Brandão.

Houve debates sobre aspectos psicológicos da aposentadoria, presença do aposentado na vida sindical, o capital intelectual do aposentado e previdência pública e privada. Mais informações na próxima edição do **JP**.

Travessia faz exposição de Arte e Artesanato

O Grupo Travessia - Aposentados da Adufg, com o apoio da Adufg Sindicato, promoverá a V Exposição de Arte e Artesanato dos Professores Aposentados da UFG e também o III Sarau dos Professores Aposentados da UFG. A exposição ocorreu nos dias 19 e 20 de novembro, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde do sindicato.

Oficina de nutrição para filiados e dependentes

O Espaço Saúde da Adufg Sindicato está promovendo oficinas de nutrição para os professores filiados e dependentes. Em outubro foi realizada a primeira oficina "Alimentação Saudável e o Câncer de Mama". No dia 27 de novembro será "Alimentação Equilibrada e o diabetes".

A nutricionista Karla Esperidião, que atende os professores filiados e seus dependentes no Espaço, orienta sobre hábitos saudáveis, alimentação adequada e a importância de atividade física.

Na oportunidade, os participantes acompanham o preparo e degustam receitas. O objetivo é ensinar como preparar alimentos de forma prática e saborosa para incentivar o hábito saudável.

Adufg SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 27
Novembro de 2015
Idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Projeto gráfico original
Cleomar Nogueira

Editora responsável
Alessandra Faria (JP 01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (Fenaj 02008/GO)

Diagramação
Bruno Cabral

Repórter
Fábio Alves (JP 0003403/GO)

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Cegraf UFG

jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás
Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação da Adufg Sindicato

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

PROAD ESTUDA REDUZIR BOLSAS EM 2016

As bolsas institucionais e mais terceirizados podem sofrer cortes em 2016. "Ano que vem não será diferente (de 2015). Pode ser até pior", anuncia o pró-reitor de Administração e Finanças (Proad), Carlito Lariucci. Os terceirizados foram, este ano, os que mais sofreram cortes: de até 15%. Os empenhos às empresas foram efetuados apenas até agosto. Significa que a UFG deve hoje setembro, outubro e o que foi trabalhado em novembro.

Abandono
Os fornecedores da UFG estão sendo pagos com atraso de dois meses. Isso fez com que algumas empresas abandonassem obras, levando a administração a aplicar penalidades previstas nos contratos.

Aguentam
Nem todos os contratos são rompidos. A maioria das empresas tem cumprido os compromissos. Neste ano, dois fornecedores cobraram juros e multas pelo atraso no pagamento, o que complica a administração da UFG.

Luz
Em relação a energia elétrica, a administração renegociou as contas de maio a setembro, no valor aproximado de R$4 milhões. As parcelas da renegociação estão em dia. A UFG paga multas e juros altos por isso.

À frente
A criação das universidades federais de Jataí e Catalão é assunto discutido há muito pela Adufg. O sindicato leva essa demanda ao MEC há pelo menos cinco anos. Foi a Adufg quem acionou parlamentares e solicitou ao governador Marconi Perillo que liderasse o projeto agora em 2015.

Patrulha
Coordenador do Design Gráfico, Márcio Rocha foi alvo de críticas de feministas, inclusive professoras da UFG, após ter feito comentários considerados machistas na internet.

Envergadura
Em discussão com a estudante Janaína Oliveira (Jornalismo), Márcio disse que ela não teria envergadura intelectual para discutir feminismo com ele "pelo simples fato de que você é... mulher".

Morte

Fotos: Fábio Alves

Alguém que não quis a sombra, o frescor, a beleza e a vida da gameleira de 30 anos em frente à Faculdade de Farmácia meteu fogo dentro da árvore. Depois de despedaçar os troncos. "Quando passo por ela dá uma tristeza", diz Amanda, a estudante que caminha ao lado dos restos da planta.

Vida

Na Sede Campestre da Adufg Sindicato, jaqueira, mangueira, jaboticabeira e pé de tamarindo frutificam vistosos. Há ainda banana, rúcula, pitanga, goiaba e mais uma variedade de frutas, legumes, verduras. Tudo orgânico.

Sem preconceito
"Quem me conhece sabe que não tenho preconceito de cor, raça, credo, etc. Eu só disse isso àquela garota em específico, mas não acho que as mulheres são inferiores intelectualmente ao homem", disse Márcio em postagem.

Saiu
A Adufg Sindicato recebeu do Ministério do Trabalho e Emprego a certidão de Registro Sindical, no dia 17 de novembro. O documento confirma oficialmente que a Adufg é o único sindicato da categoria em Goiás.

Pré-requisito
Professores da Matemática, da Regional Jataí, questionaram o fato da coordenação de Psicologia ter quebrado o pré-requisito na disciplina de Estatística I, com autorização da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

Por cima
"Não nos ouviram. Foi de cima para baixo", diz o coordenador da Matemática, Fernando Moreira. O ato beneficiou mais da metade da turma que, mesmo reprovada por falta ao aderir à greve docente do Andes em junho, poderá cursar Estatística II.

Fluxo
"Entendemos que os alunos poderiam assistir Estatística II sem a I. Fizemos isso para não atrapalhar o fluxo de um número grande de alunos", diz Érico Douglas Vieira, coordenador de Psicologia da Regional Jataí.

Sem documento
"É comum aprovarmos quebra de pré-requisito quando solicitada por coordenadores. Eles conhecem a realidade do curso. Pressupomos bom senso", disse o pró-reitor Luiz Mello (Prograd). A autorização se deu por telefone.

Desprezo
Em entrevista à revista Fórum, o ex-ministro Renato Janine (MEC) criticou a greve de 2015 e disse que o projeto do Andes despreza a educação básica. Em nota, o sindicato disse que a informação é inverídica e exigiu retratação.

Exercício anterior
A Adufg Sindicato conseguiu, na Justiça, garantir o recebimento de dívidas por exercício anterior a um professor. Docente na mesma situação, procure o Departamento Jurídico, na sede administrativa do sindicato, na Vila Nova.

Adufg SINDICATO prestação de contas

Agosto de 2015

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Filiados - Mensalidades	256.142,33
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	942,50
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.715,56
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	26.310,91
1.6- Resgate de aplicações financeiras	0,00
Total R$	**285.111,30**

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	29.580,00
2.1.2- Encargos Sociais	33.883,30
2.1.3- Seguro de Vida	400,21
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	592,46
2.1.5- Ginastica Laboral	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	400,05
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	2.379,73
2.1.8- PIS s/ Folha de Pagto.	967,26
Total R$	**68.203,01**

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.623,57
2.2.2- Despesas com Correios	2.957,19
2.2.3- Energia Elétrica	2.241,28
2.2.4- Honorários Advocatícios	7.926,60
2.2.5- Honorários Contábeis	3.989,43
2.2.6- Locação de Equipamentos	465,95
2.2.7- Serviços Gráficos	3.091,27
2.2.8- Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.706,09
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00
2.2.11- Hospedagem/manutenção/layout do site	6.240,69
2.2.12- Vigilância e Segurança	455,37
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.300,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00
2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.17- Agua e Esgoto	771,20
Total R$	**34.768,64**

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	2.916,51
2.3.2- Despesas com Coral	1.132,39
2.3.3- Diária de Viagens	7.146,40
2.3.4- Tarifas Bancárias	132,27
2.3.5- Lanches e Refeições	1.845,58
2.3.6- Quintart	7.520,35
2.3.7- Patrocinios e doações	4.050,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	36,48
2.3.9- Festas/Reuniões	487,46
2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	619,78
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	549,29
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	7.797,54
2.3.13- Hospedagens Hotéis	1.269,98
2.3.14- Material de expediente	1.023,24
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00
2.3.16- Outras despesas diversas	3.043,74
2.3.17- Manutenção e Conservação	1.253,68
2.3.18- Homenagens e Condecorações	200,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	382,10
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	0,00
2.3.22- Cópias e autenticações	7,25
2.3.23- Sabadart Jataí	320,00
2.3.24- Despesas com Greve	18.696,72
Total R$	**60.430,76**

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- IR s/ Folha de Pagto	3.476,64
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	21.737,89
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	469,21
Total R$	**25.683,74**

2.5- Repasses e Aplicações	
2.5.1- Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2- Aplicação CDB	100.000,00
Total R$	**100.000,00**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**289.086,15**

3- Resultado do exercício 08.2015 (1-2)	**-3.974,85**

4- Atividades de Investimentos	
4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	0,00
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	5.142,50
4.1.6- Outras Imobilizações	5.240,00
Total R$	**10.382,50**

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R$	**0,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**10.382,50**
5- Resultado Geral do exercício 08.2015 (3-4)	**-14.357,35**

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa . Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

CARTAS DOS LEITORES

Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor@adufg.org.br

Foram-se os tempos em que ler o **Jornal do Professor** *era uma obrigação aborrecida.*
Agora temos muita informação relevante e pertinente, opiniões diversas e vigorosas, sem complexidades acadêmicas.
Como finaliza o editorial da última edição (nº 26), tivemos "boa leitura!". Digo que temos ótima leitura.
Nos textos, perplexidade com o desinteresse dos colegas em participar das questões sindicais. Vejo em algumas críticas ao modo Andes de ser sindicato alguns comportamentos que precisamos mudar na Adufg.

João Gaspar Farias,
professor aposentado da Escola de Agronomia

Os docentes do curso de Fisioterapia da UFG, Regional Jataí, refutam, veementemente, a nota publicada no **Jornal do Professor**, *ed. Out./2015, ("Fisioterapia entre os mais mal avaliados da UFG", p. 13), que dispõe sobre avaliação dos cursos de graduação segundo informações do jornal* Folha de S. Paulo. *Trata-se de uma notícia irresponsável e difamatória, haja vista a ausência de informações comprobatórias do Ministério da Educação sobre o conteúdo publicado. Destaca-se que o curso de Fisioterapia iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2010 viabilizado pelo Reuni, que consta no Sistema e-MEC: Enade (sem conceito); Conceito Preliminar de Curso (CPC) (sem conceito); Conceito de Curso (nota 3). Julgamos improcedente tal notícia, que implica negativamente na reputação do curso. Outro aspecto mencionado refere-se ao mercado de trabalho. A inserção dos egressos no mercado é recente, uma vez que a primeira turma se formou no primeiro semestre de 2015. Ainda, consideramos temerária a avaliação nesse aspecto. Segundo informações da coordenação do curso, egressos estão apontando em seleções concorridas no Estado e até mesmo fora dele, demonstrando o potencial de conhecimento e boa colocação no mercado, a saber: Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicada a Saúde (UFG), Programa de Residência Profissional no Hospital das Clínicas (UFG), Concurso Público para Provimento do Cargo de Fisioterapeuta na UFG, dentre outros. Quanto à produção acadêmica, faz-se urgente a ampliação do quadro docente do curso para melhorar este quesito. Por fim, não desconsideramos a necessidade de melhorias que são inerentes em um curso novo. Acreditamos que o comprometimento da UFG e do corpo docente é no sentido de oferecermos um ensino de qualidade para os estudantes e lutamos diariamente para atender ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Em relação à reputação da universidade, reforçamos o Conceito Institucional – nota 4, atribuído pelo MEC. Por estas e outras razões, os docentes deste curso reafirmam a sua posição contrária a reportagem veiculada no* **Jornal do Professor**.

Docentes do curso de Fisioterapia da UFG,
Regional Jataí

NOTA DA REDAÇÃO – Agradecemos o envio da nota. Esclarecemos que não houve reportagem que apurasse as condições do curso de Fisioterapia da Regional Jataí. Conforme publicado, reproduzimos informações do Ranking Universitário da Folha, divulgado em setembro pelo jornal Folha de S. Paulo e repercutido por sites e agências nacionais de notícias.

Experiência nacional chancela consulta eletrônica

Sindicatos verificam mais eficiência e participação noutros estados; Adufg Sindicato prepara sistema para democratizar tomadas de decisão

Consultas eletrônicas serão cada vez mais comuns nas decisões da Adufg Sindicato. A atual diretoria do sindicato sabe, a partir da experiência de outras entidades docentes, que esta é uma forma de aumentar a participação de professores e professoras nas decisões coletivas.

"Nem todos têm condições, disposição ou mesmo vontade de participar de assembleias. O 'assembleísmo' é chato e contraproducente. A consulta eletrônica vai democratizar as tomadas de decisão", diz o presidente da Adufg Sindicato, Flávio Alves da Silva. "É claro que continuaremos convocando assembleias, há decisões que só podem ser tomadas presencialmente", ressalta.

A Adufg Sindicato pretende submeter a consultas eletrônicas desde questões corriqueiras, como datas e locais de eventos, até deliberações do movimento docente. O estatuto do sindicato já permite que decisões de assembleia sejam tomadas virtualmente. Já houve experiências, como durante a greve de 2012.

Deu certo

UFRGS

Há dois anos a Adufrgs-Sindical decide temas importantes por votação eletrônica. Assembleias gerais com deliberação por voto eletrônico podem até destituir administradores, alterar o estatuto, decidir sobre propostas de greve e procedimentos para sua deflagração e encerramento. Podem até dissolver a entidade.

"Mais de um terço dos filiados tem participado [das votações]. Esperamos que aumente mais", diz Maria Luiza, presidente da Adufrgs-Sindical. "Investimos em ampla divulgação pela mídia antes do processo, com reuniões locais e muitas chamadas durante a votação", completa.

Na Adufrgs, professores não familiarizados com meios eletrônicos recebem correspondências pelos Correios com informes sobre o processo. No período de votação, são disponibilizados computadores na sede, onde, com a orientação, o voto é realizado.

UFBA

A Apub Sindicato já tratou de temas como assinatura do acordo salarial (2012), eleição do Consuni e do conselho de representantes da UFBA, além de eleição de delegados para o Encontro do Proifes-Federação.

UFRN

A Adurn Sindicato usa a ferramenta eletrônica em eleição para o Conselho de Representantes, em plebiscito para deflagração ou não de greve docente e assinatura de acordos coletivos. A participação dos professores sindicalizados é de 30% a 40%.

UFSC

O sistema é novo na Apufsc Sindical. Foi estreado em uma eleição informal para reitor da UFSC. Mas o departamento de comunicação da instituição planeja utilizar a consulta eletrônica nas próximas eleições de diretoria e para consultas e pesquisas diversas. Pelo menos 30% dos docentes participaram da consulta de primeiro turno da escolha para reitor. "Os associados ainda não estão acostumados a essa facilidade. Trabalhamos para mudar isso. Gostaríamos que 70% participassem", afirma Mauricio Costanzi, responsável pelas consultas na Apufsc Sindical.

"De maneira democrática, o sindicato viabilizou que todos os professores, filiados ou não, aposentados e substitutos, votassem. A consulta se mostrou eficiente. Além de confiável em todos os sentidos", disse a diretoria da Apufsc Sindical em editorial publicado no jornal da entidade.

‘Universidades não pr

“As universidades não precisam de um ministério que as supervisionem”, afirma José Geraldo de Sousa Junior. Ex-reitor da UnB (2008-2012), o professor do Direito analisa, nesta entrevista ao **JP**, *o atual contexto histórico da autonomia da universidade brasileira.*

Ele critica as amarrações burocráticas e políticas da universidade em suas relações com o Estado, e dá perspectivas de um modelo ideal de universidade, com base numa Lei Orgânica das Universidades.

Advogado, foi chefe de gabinete e procurador jurídico no reitorado de Cristovam Buarque. Dirigiu o Departamento de Política do Ensino Superior (MEC) e é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

José se dedica a estudar a autonomia das universidades. É autor e organizador de livros como “Da universidade necessária à universidade emancipatória (Editora UnB, 2012)”.

Fotos: Valter Campanato/Agência Brasil

Ex-reitor (UnB) José Geraldo de Sousa Junior: ditadura provocou agressão institucional

Jornal do Professor - Na história da formação das universidades no Ocidente, como o senhor avalia a autonomia das universidades federais em relação à legislação brasileira hoje?

José Geraldo de Sousa Junior - A autonomia das universidades é uma memória de sua origem institucional histórica, anterior à formação do Estado. Assim, as universidades que surgiram com capacidade de auto-governo e auto-normatização surgiram propriamente autônomas (etimologicamente, auto – a si próprias; aptas a se outorgarem o nomos – o direito). O eco dessa experiência se contêm na definição constitucional corrente, segundo a qual, como no caso brasileiro, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (CF, art. 207). Na prática política, entretanto, esses valores acabam se confrontando com a disposição de poder que se nucleou no Estado, e acabam definhando. A universidade perde o simbolismo de lugar exclusivo no qual os conhecimentos se percebem livres para o diálogo pleno descolonizado e confiante, e fica nivelada num imaginário burocrático que torna homogêneas todas as instituições vistas como meras repartições administrativas. Como já disse em outra ocasião, o caminho para a construção da autonomia é longo e tortuoso porque a emancipação não é um dom, é uma tarefa. Não obedece a voluntarismos carismático-autoritários e só faz sentido se pautar-se em plataformas coletivas correspondentes a projetos de sociedade.

JP - Quais os principais efeitos da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) para a universidade pública brasileira?

ecisam de ministério'

José Geraldo - Foi interromper um projeto republicano, laico, de qualidade, fundado na autonomia institucional e com valorização social e profissional do educador. A configuração da denominada universidade necessária no Manifesto de Córdoba e tão bem acolhida pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), cujos princípios Anísio Teixeira trouxe para fundamentar as propostas de criação da Universidade do Distrito Federal, e Darcy Ribeiro, para a UnB. Ali os valores da educação como função essencialmente pública, apoiada na autonomia da função educacional, "inteiramente gratuita (para) atender, de fato, não somente a formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos (...) organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe...". Esse projeto de nação que salvaguarda a ação estratégica da universidade foi interrompido pelo autoritarismo. A propósito, o livro de Roberto Salmeron, "A Universidade Interrompida: Brasília 1964-1965", da Editora UnB. Em prefácio que fiz para a reedição desse livro, em simbolismo comemorativo do jubileu da UnB, fiz questão de identificar a agressão institucional como um item da reparação à memória e à verdade feridas, com a recuperação do sentido democrático de um projeto tão cruentamente interrompido e que precisa ser resignificado.

JP - Como as universidades federais perdem autonomia na relação com Estados, governos e parlamentos?

José Geraldo - Tratei disso no artigo recente que o **Jornal do Professor** publicou. Quando a universidade perde o simbolismo de seu lugar excelente e único, é que algumas "singularidades" emergem como novidades e ganham reconhecimentos ampliados: agências reguladoras, bancos centrais, estruturas de intervenção em mercados. Junto com o reconhecimento dessas "singularidades" vêm as regras de autonomia: consultoria jurídica própria e não da AGU para o Banco Central, liberação do requisito licitatório para a Petrobras por reconhecimento do espaço especial do mercado e da bolsa internacionais, estatuto de autonomia para as agências (reguladoras) etc.

JP - Como imaginar uma universidade autônoma na perspectiva da sociedade?

José Geraldo - Para além da construção simbólica de seu valor civilizatório, estratégico para o desenvolvimento do país e a formulação de projetos de sociedade e de nação, creio que é necessário imaginar novas institucionalidades. Penso numa Lei Orgânica das Universidades que atualize o modelo mais avançado de autonomia para a sua gestão, assim como penso que as universidades não precisam de um ministério que as supervisionem. Se se pudesse instituir um Conselho Nacional das Universidades Brasileiras capaz de, com base na Lei Orgânica que viesse a se estabelecer, permitir a autogestão política, administrativa, financeira e acadêmicas dessas instituições.

JP - Que universidade o professor elege como modelo de autonomia no Brasil?

José Geraldo - Em várias constituições esse modelo já foi estabelecido, como por exemplo, na Finlândia, onde até a legislação de ensino, produzida legislativamente, só entra em vigor na universidade nacional quando e se aprovada pelo seu conselho dirigente. Mas no Brasil mesmo há modelos aperfeiçoáveis como o das universidades paulistas, sustentáveis na forma de destinação tributária para seu financiamento e com a configuração de um ato complexo, a manifestação da universidade para a composição de listas submetidas à escolha do governador. A experiência da UnB também é exemplar, embora logo frustrada, primeiro pela ditadura e em seguida pela gula burocrática. Não custa lembrar que a lei de criação da UnB (3998/1961), ainda em vigor apesar de ab-rogada em parte por uma hermenêutica de contenção, trouxe de forma expressa vários artigos definidores de uma autonomia, com fundos e patrimônio para a sua sustentação, diretrizes de autogoverno estatutário e a preciosidade que se lê no seu Artigo 14: "Na organização de seu regime didático, inclusive de currículo de seus cursos, a Universidade de Brasília não estará adstrita às exigências da legislação geral do ensino superior...".

> "NA FINLÂNDIA, A LEGISLAÇÃO DE ENSINO SÓ ENTRA EM VIGOR NA UNIVERSIDADE NACIONAL QUANDO E SE APROVADA PELO CONSELHO DIRIGENTE. NO BRASIL HÁ MODELOS APERFEIÇOÁVEIS"

JP - Paridade nas eleições para reitor e na formação de conselhos superiores é uma questão fundamental para a autonomia universitária?

José Geraldo - Com certeza. E essa é uma discussão que se acumula no debate político da organização universitária. Muitas instituições já vem inserindo essa possibilidade e na prática a paridade já se funcionaliza. É certo que há tensões no interior das próprias instituições, muito mais ligadas a posicionamentos corporativos que a princípios. Lembremos que as maiores e mais importantes universidades medievais, Bolonha, Pádua, Oxford, tenham como reitores os estudantes, que a geriam recrutando os professores, Galileu, Falópio, sem contudo se intrometerem na sua autonomia programática. Como lembra meu antigo orientador, o professor Roberto Lyra Filho, que me legou a responsabilidade de construir o projeto "O Direito Achado na Rua", salvaguardar a autonomia incluindo nesse conceito a gestão participativa é um requisito para o alargamento das condições democráticas de descolonização do saber. Conforme ele registrava em seu último escrito (1986), a um mês de morrer, é irremediavelmente necessário "democratizar a universidade para a cogestão de professores, estudantes e funcionários, desmascarando o sofisma da reação, que recusa o chamado 'assembleismo', a fim de manter a ditadura dos autoproclamados 'competentes': é claro que não se pode resolver um problema científico pelo voto, mas pode-se determinar pelo voto paritário a direção dos programas, a distribuição das verbas, a administração e, em geral, o destino da instituição".

JP - Como as leis de ações afirmativas impactam a autonomia universitária?

José Geraldo - De vários modos e de forma emancipatória principalmente. Lembre-se que foi a partir das ações autônomas das universidades que a política de cotas foi implementada, provocando reações governamentais-legislativas para expandi-las. Aliás, foi a partir do julgamento da ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) que examinou no STF, por interpelação do partido Democratas, a política da UnB, que essa política se universalizou, antes considerando o STF que a iniciativa universitária realizava a Constituição, seja porque cumpria a sua promessa de equidade, seja porque materializava o princípio da autonomia própria a essas instituições. Foi também com base nesses fundamentos que o STJ legitimou a política de instituição de turmas especiais, como a de Direito, para assentados da reforma agrária (Pronera), a partir do modelo da UFG, abrindo ensejo para que outras Ifes adotassem o modelo.

JP - Há mesmo uma perspectiva privatizante no futuro da universidade pública brasileira? Como o professor avalia a cobrança em cursos de pós-graduação lato sensu?

José Geraldo - Na minha visão as universidades cumprem função constitucional que estabelece ser a educação um bem social, de natureza pública. O serviço que a universidade oferece deve ter essa mesma natureza. O cidadão não pode ser onerado ao requisitá-lo e obtê-lo nas formas ainda seletivas com que são oferecidas. Isso não impede que possa haver, como permite a CF, oferta privada desses serviços, respeitados os seus fundamentos sociais. Mas nas universidades públicas, custeadas com recursos originados do custeio tributário, não. O que também não quer dizer que demandas não universais, mas apenas corporativas e no interesse igualmente corporativo, não possam ser financiadas por corporações, desde que atendidos os fins públicos das instituições que os produzam. Neste aspecto exclusivo, corporativo, não transferido ao indivíduo-profissional, penso ser possível o financiamento privado, garantida a distribuição pública (repúdio à privatização por dentro, por meio de grupos) dos recursos desse modo obtidos.

A FESTA

Fotos: Fábio Alves e Macloys Aquino

Esther, filha de Cleidna Landivar (Cepae), brilha seus cabelos vermelhos ao sol

Banda Baião de Dois juntou casais e manteve o cliva animado até o fim da tarde do dia 17 de outubro

Caparica (IF) com Gradisca (Campus Aparecida), à direita, e sua irmã Milena

Flávio Alves da Silva e Edsaura, diretor-presidente e diretora-secretária da Adufg Sindicato, com a irmã da professora

Eduardo, Rodrigo e Vinícius, filho e netos do Orlando de Castro, um dos fundadores da UFG

Mariana, filha da professora Liliana (IPTSP), mergulha na piscina de bolinhas

Sônia Magalhães (FH) com o marido Robson e o filho Rafael curtem a Festa do Professor

Ana Clara, Ana Paula e Débora, enteadas do professor Enoch

CAMPESTRE

Enoch, ex-diretor da Adufg que criou a Festa do Professor como estratégia para ocupar a sede campestre, no anos 90

Edward (EA), Romualdo (Iesa), o reitor Orlando Amaral, Fernando (Cepae) e Caparica (IF)

Graça, esposa do professor Renato Maurício (IPTSP), com neto e netas

Jânio e Bianca, da Faculdade de Educação

Karine, diretora da Faculdade de Educação, com a sobrinha Maria Luiza

Flávia, filha da professora Edna Goya, aposentada da FAV

Thyago, diretor adjunto Administrativo da Adufg Sindicato

Rosana Borges (FIC) e João de Deus (Iesa), ex-presidentes da Adufg

Tatiana Fiúza (ICB) com seu companheiro

Carlos Siqueira/Ascom UFG

Miriam Fábia, coordenadora de Licenciatura da Prograd: dificuldade para atrair futuros professores

Licenciatura tem 895 vagas ociosas

Na UFG, evasão e não preenchimento são provocados pela baixa atratividade da carreira docente, aponta professora Miriam Fábia

Vagas na UFG (2015)

Total oferecido – 6.285 *

Goiânia	3.925	86 cursos
Jataí	1.080	25 cursos
Catalão	990	21 cursos
Goiás	290	6 cursos

*Mais 410 vagas que não entram no Sisu

203
vagas ficaram ociosas em Goiânia (5,2%)

23,8%
ou 887 das vagas foram preenchidas com chamada pública em Goiânia

Curso	Preenchimento	Vagas ociosas
Dança	50%	20
Letras (Estudos Literários)	50%	5
Física (Bac. Integral)	52%	12
Ciências Soc. (Pol. Públicas)	74,5%	14
Química (Lic. Integral)	64,3%	5
Estatística	68%	16
Física (Lic. Integral)	68%	8
Letras (Francês)	70%	3
Letras (Linguística)	70%	3
Física (Lic. Noturno)	72,5%	11
Letras (Libras)	76,0%	6
Filosofia (Bac. Not.)	80%	10
Matemática	86,7%	8
Letras (Português)	88%	6
Direção de Arte	86,7%	4
História (Bac. Not.)	86,7%	4
Museologia	86,7%	4
História (Bac. Mat.)	88%	3

No salão de eventos, centenas de pessoas aguardavam com esperança por uma vaga na UFG. Três chamadas haviam passado. Era a segunda quinzena de março de 2015. Restavam 1.090 vagas. Nome a nome, candidados iam ingressando na universidade. Muitos cursos, porém, não completaram turma.

O orador, responsável pela alegria de novos universitários naquele dia, cansou de chamar pessoas para alguns cursos e arriscou a piada: "Alguém quer fazer Filosofia? Pode vir." O curso foi mais um dos que tiveram grande número de vagas não preenchidas.

Na Regional Goiânia, sobraram 203 das 3.925 vagas ofertadas pelo Sisu em 2015. Do total, 23, 8% (887) foram preenchidas na chamada pública. Licenciatura em Dança é o curso que lidera o ranking, com 50% de vagas não ocupadas.

Licenciaturas

Boa parte dos cursos com menos de 90% de ocupação são licenciaturas. Coordenadora de Licenciatura da Prograd, professora Miriam Fábia diz que a baixa atratividade da carreira docente antecede a formação oferecida pela universidade.

"Temos dificuldade em atrair os estudantes para serem futuros professores. Nesse sentido, precisamos promover uma revolução na docência da educação básica e tornar a profissão atrativa aos concluintes do ensino médio, para que possamos atrair estudantes que querem ser docentes", explica.

Além do não preenchimento das vagas, as evasões reduzem o número dos alunos em sala de aula. Em todas as unidades e períodos da UFG, 895 estão ociosas em 2015.

"[O que provoca] prejuízo no trabalho realizado pelos cursos (trabalho docente, infraestrutura necessária, laboratórios, equipamentos), que poderiam atender a um número bem maior de estudantes e acabam formando um número bem mais baixo do que o previsto", aponta.

"[Para a solução] na universidade também temos discutido a formação ofertada: as condições de oferta do curso, formas de contribuir com a formação geral do estudante, os currículos. Penso que só um esforço conjunto das diferentes esferas governamentais: federal, estadual e municipal, para valorização dos profissionais da educação em conjunto com melhorias na formação ofertada pela universidade pode acabar com as vagas ociosas." Ainda em novembro, a UFG lançará edital para preenchimento de vagas ociosas, disponibilizadas para transferências, portadores de diplomas e mudanças de cursos.

Visionário da internet na UFG

Fotos: Fábio Alves

Jeblin Abraão chefiou projeto que deu à universidade a primeira rede integrada de comunicação de Goiás

Pelo celular, o professor aposentado do IME Jeblin Abraão manda a localização de sua casa no mapa de Goiânia e avisa: "Qualquer dúvida a gente vai conversando por aqui mesmo (internet)." Ele é mais do que simpatizante das tecnologias da comunicação. Jeblin foi um dos responsáveis pela primeira rede de internet de Goiânia.

Quando era coordenador de Informática da pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh), o professor chefiou o projeto UFGNet, que integrou os diversos prédios da universidade em um moderno sistema de comunicação com o mundo. Tudo isso no meio da década de 1990, quando a internet ainda não havia se popularizado no Brasil.

O interesse começou em 1991. O professor lidava com uma comunicação deficiente dentro da universidade, além da demora para contatos com pessoas e instituições de outros países. Mas tinha uma vaga noção de um projeto de comunicação que se desenvolvia nos Estados Unidos.

"Naquela época tínhamos uma mesa de PABX (*Private AutomaticBranch Exchange*) e uma série de ramais na UFG. Para fazer uma ligação do campus (Samambaia) para a praça (Universitária) demorava uma manhã inteira. Mandar uma correspondência para fora (do país) demorava 20 dias para chegar. E ainda tínhamos que esperar a resposta. Esse processo levava dois meses", conta.

Um embrião da internet abriu os olhos de Jeblin para possibilidade maior. "O professor Orizon Ferreira, da Matemática, trouxe um profissional do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) que apresentou um sistema de comunicação via computador. Era a Bitnet. Uma linha telefônica em que a gente tinha ligação direta com o Rio de Janeiro por modem, e eles retransmitiam para o mundo."

Rudimentar hoje, a rede era inovadora. "Só tinham caracteres. Demorava uma hora pra mandar um e-mail. Me lembro quando vi o professor João Carlos da Silva, da Informática, mandar e-mensagens para a Inglaterra. Demorou horas. Mas era um avanço."

Uma oportunidade de financiamento apareceu alguns anos depois, viabilizando a construção de uma rede – essa, sim, a internet – em todo o campus Samambaia. Com a ajuda do professor Nilson Amaral e da professora Célia Maria Alves (ambos da Física), US$ 600 mil da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) foram arrecadados para a criação da rede em todo o campus Samambaia. Depois houve acréscimo de mais US$ 1 milhão de uma empresa privada através da lei de incentivo à informática.

"A implantação do projeto teve a participação fundamental do professor Fouad Joseph Georges e alunos do Instituto de Informática", ressalta Jeblin.

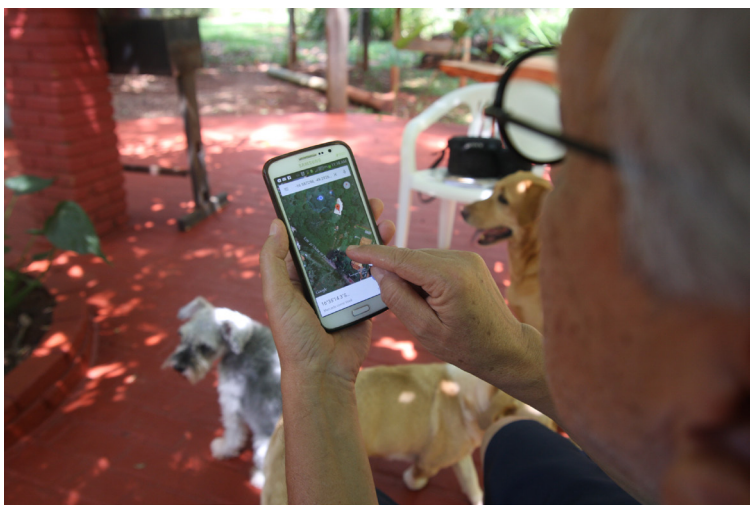
"Era dinheiro demais. E dinheiro para a universidade era milagre", lembra. Apesar de acreditar no potencial revolucionário da internet, ele não imaginava o tamanho e a força da nova tecnologia.

"É de impressionar. Agora conversamos com o mundo instantaneamente. Resolvemos tudo pelo celular, que hoje é um computador com muito mais capacidade dos que tínhamos há vinte anos."

> "TÍNHAMOS UMA MESA DE PABX E UMA SÉRIE DE RAMAIS NA UFG. PARA FAZER UMA LIGAÇÃO DO CAMPUS (SAMAMBAIA) PARA A PRAÇA (UNIVERSITÁRIA) DEMORAVA UMA MANHÃ INTEIRA"

> "MANDAR UMA CORRESPONDÊNCIA PARA FORA (DO PAÍS) DEMORAVA 20 DIAS PARA CHEGAR. E AINDA TÍNHAMOS QUE ESPERAR A RESPOSTA. ESSE PROCESSO LEVAVA DOIS MESES"

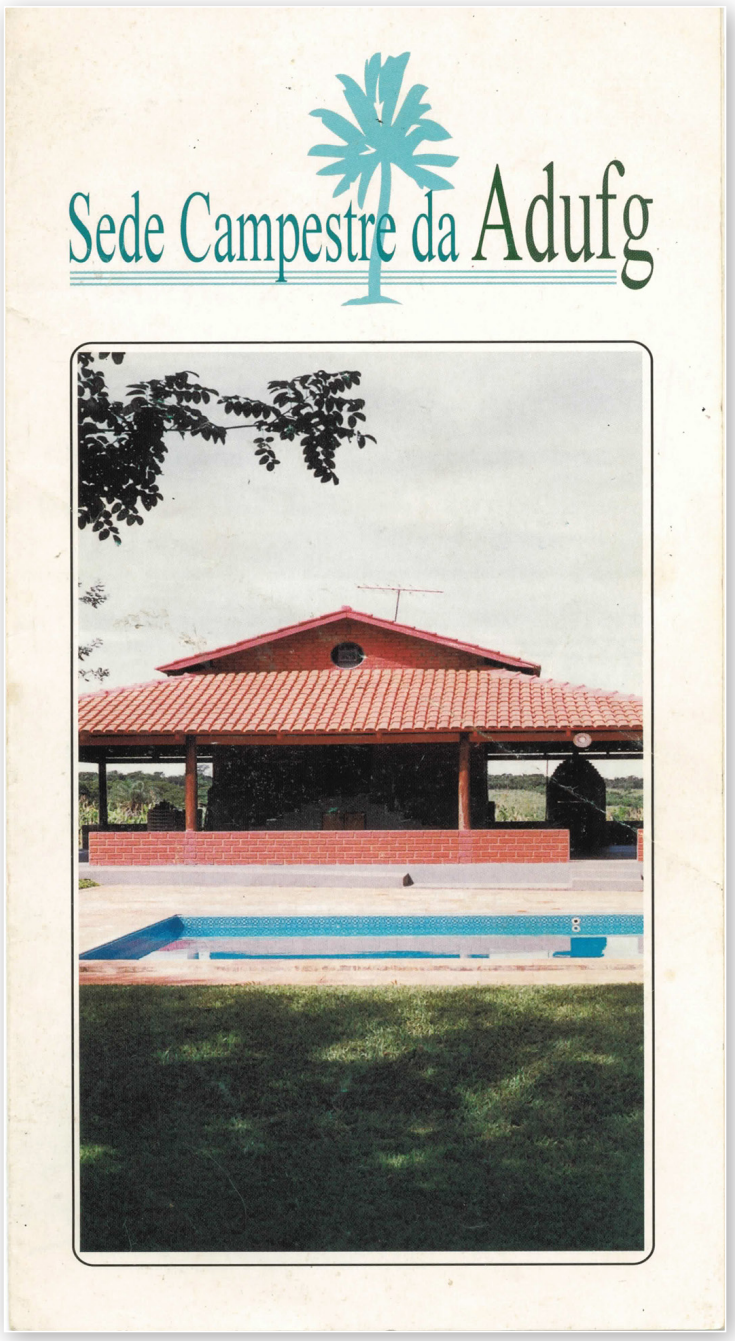
JEBLIN ABRAÃO



Jeblin usa localizador do Whatsapp no celular, em sua chácara

Adufg na história

Passagens e memórias da construção do sindicato

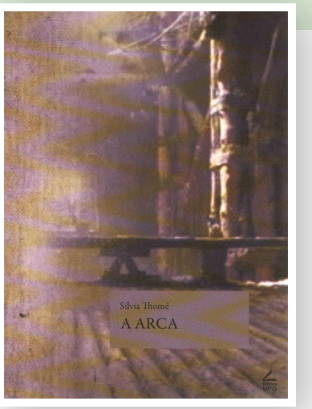


A Sede Campestre da Adufg não era frequentada nos anos seguintes à sua aquisição, em 1992. Um grande projeto para transformar a chácara em Hidrolândia em clube, e atrair as pessoas, foi feito durante a administração da professora Maria Ieda Burjak (1991-1993). Mas, muito caro, ficou inviável. Foi quando Enoch José Da Mata, então tesoureiro da Adufg, propôs construir um varanda em torno da caixa d'água (na foto, num dos primeiros folders distribuídos sobre a chácara), um campinho de areia e uma piscina. "Mesmo assim os professores não iam", lembra Enoch. Ele então pensou, junto a outros diretores da administração de Abraão Garcia Gomes (1993-1995), em fazer uma festa que juntasse a categoria. A data perfeita era o Dia do Professor. Era criada a Festa do Professor na Sede Campestre.

"Foi um sucesso", lembra o professor. Desde a primeira, em 1994, a festa não deixou mais de acontecer. Sempre lota. "Fomos muito criticados, diziam que esse não era o papel do sindicato. Mas nossa função era unir a categoria. Deu certo. Logo depois começamos a fazer a festa de fim de ano", conta.

LANÇAMENTOS

A arca

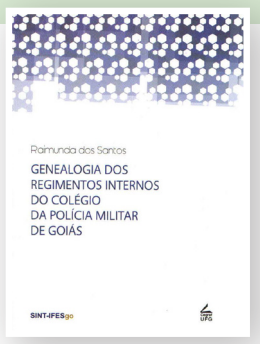


Sílvia Thomé

Editora UFG / 116 páginas

Escrito entre o fim dos anos 80 e o início dos anos 90, "A arca", único romance deixado por Sílvia Thomé, foi concluído pouco antes de sua trágica morte. Obra cuja leitura desmente por completo sua desconfiança de que estava "fria de sentimentos", e que, ao contrário do que supunha, seu comprometimento com a história dos homens era de muito boa lavra, "A arca" é desses romances que nos provam que viver é, sem dúvida, um ato político. Para o bem ou para o mal.

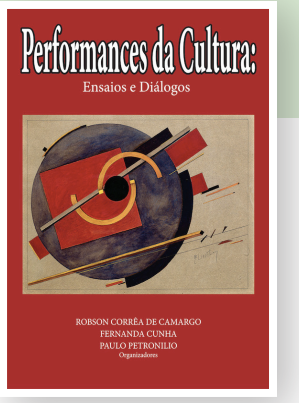
Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiás



***Raimunda dos Santos** / Gráfica UFG / Coleção Companheiros / 144 páginas*

Traz uma análise sobre o disciplinamento dos jovens estudantes em colégios administrados pela Polícia Militar. Este estudo leva em consideração as normativas implantadas em colégios públicos no Estado de Goiás.

Performances da cultura: ensaios e diálogos



Robson Corrêa de Camargo, Fernanda Cunha e Paulo Petronilio (Organização)

Ed. Kelps/ Apoio Sesc GO, FAPEG, CAPES/ 482 pág.

O livro é o resultado parcial dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Performances Culturais da UFG e compreende as análises sócioantropológicas, estéticas e históricas que se utilizam dos estudos culturais, e, por meio de lentes interdisciplinares, os examinam como um conjunto contraditório de atos e forças sociais que se colidem e/ou se completam.

RESISTIR E TRANSFORMAR

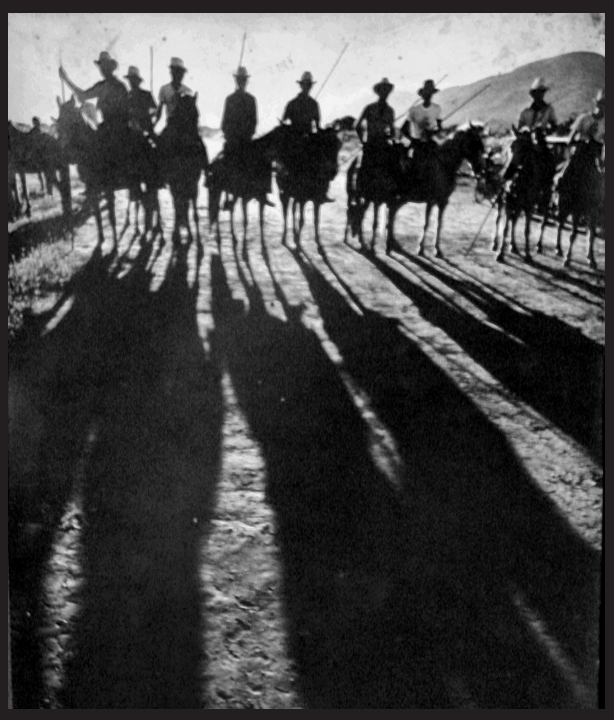
Fábio Alves

"O ser-humano sem história, sem origem e sem voltar às raízes, não tem força, não tem saúde", disse a pioneira do movimento negro em Goiânia, professora Zita Ferreira, aposentada da FEFD. Zita destacou a importância dos negros como protagonistas para resistir ao racismo e discriminação. A docente abriu a roda de conversa "Ocupar, resistir e transformar: intersecção de saberes", realizada no dia 17 de novembro, no Espaço Cultural, de Lazer e Saúde da Adufg Sindicato.

Um olhar social sobre Goiás

O fotojornalista Thomas Holand Roag registrou cenas históricas de vida pública e privada em Goiás e Indiana, nos Estados Unidos. O JP aproveita a reportagem com o professor aposentado da FIC (veja na página a seguir) para republicar algumas de suas obras fotográficas. Todas do início dos anos 70.

Barbearia em Alexânia, Goiás



Ensaio das Cavalhadas, Pirenópolis

Crianças à margem do Córrego Joao Leite, Goiânia

Construção do Estádio Serra Dourada, Goiânia

Cidade de Goiás

Televisão jogada no lixo de casa no Estado de Indiana, EUA

Casa de palha com antena de TV em Porto Nacional, Goiás

Devotas rezam em caminhada cristã, Trindade, Goiás

Trabalhador Rural em Trindade

Guerra do Vietnã fez Thomas vir para UFG

Fábio Alves

Quando jovem, professor americano instalou aparelho ortodôntico para fugir da lista de convocados para o conflito

Em 1967, Thomas Roland Hoag viu que era inevitável sua convocação para a Guerra do Vietnã (1955-1975). Três amigos já haviam ido e as notícias de jovens mortos o levaram a decidir deixar os Estados Unidos. O mais rápido possível.

Com 23 anos e morador de Port Washington, município do Estado de Nova Iorque com poucos "voluntários" para a guerra, Thomas se inscreveu como voluntário da paz num programa que o levou a construir casas populares na desconhecida Gurupi, então Estado de Goiás, Brasil.

Após dois anos, Thomas fez amigos e já estava adaptado quando lhe chegou uma carta do governo americano. Deveria retornar. Era a convocação para os exames físicos do exército. "Arrumamos um advogado em Nova Iorque para me tirar daquele pesadelo. Ele arrumou um dentista pra colocar aparelho nos meus dentes. Foi a saída. Não passei no exame", conta, ainda comemorando.

O plano lhe custou U$ 800. "Meu pai bancou. Era caro, mas no fim ficou barato. Valeu minha vida", diz. Valeu a grande guinada de sua vida. No Brasil, além de amigos, ele já tinha uma namorada e uma paixão por tudo que é árido e desigual, objeto de seu olhar fotográfico. Então voltou.

Thomas estudou Comunicação na Universidade de Miami e Fotojornalismo com Wilson Hicks, então editor de Fotografia da revista *Life*. E com os contatos da época de voluntário da paz conseguiu uma carta-convite para dar aula na UnB.

De volta, conheceu Arnaldo Niskier em Brasília e de lá foi trabalhar na Editora Bloch, no Rio de Janeiro. Fotografou para revistas como *Enciclopédia* e *Pais e Filhos*. Voltou a Brasília e conheceu Lena Castelo Branco.

A então diretora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) da UFG lhe perguntou se além de fotografia Thomas ensinaria inglês. Ele topou e, em 1971, era o quarto professor admitido do curso de Jornalismo. Antes dele, apenas Antonio Maia Leite, Valquíria dos Santos e Modesto Gomes. Depois é que chegaram nomes como Francisco Ponte Pierre e Hélio Furtado do Amaral.

Como Thomas se aposentou em 2014, aos 70 anos, é o professor que mais tempo permaneceu na história do curso de Jornalismo da UFG.

Neste tempo, Thomas ensinou fotografia a gerações de jornalistas, construiu o Laboratório de Fotografia da antiga Facomb, assessorou políticos – fotografou para Leonino Caiado, Irapuã Costa Junior, Iris Rezende –, e continuou fotografando, expondo (*veja na página 15*).

"Não tem porque aposentar quando você faz o que gosta. Ainda tenho vontade de ensinar. Meus melhores professores nos EUA tinham mais de 70 anos. Foi com eles que aprendi mais. No mestrado, meu orientador tinha 86. Ele não era pós-graduado, mas tinha anos e anos de experiência que repassava para gente", diz.

"E 70 anos hoje não é uma idade de velho. Há 20 anos atrás, talvez. Com a cabeça boa, corpo bom, experiência acumulada, vontade de pesquisar e de ensinar, por que não continuar?", lamenta.

Popularidade versus qualidade

Thomas usou máquinas analógicas Yashica, Rolleiflex, Miranda, Pentax e Nikon. Nos anos 90, aderiu à fotografia digital e por último comprou uma Nikon semiprofissional. Ele deu aula em digitais. "Mas nunca ao lado do computador. As câmeras de hoje têm recursos de computadores", diz.

A popularidade e as facilidades das câmeras digitais e aplicativos de edição fizeram com que todo mundo se torne fotógrafo, o que não quer dizer que todos sejam bons fotógrafos. "No fotojornalismo, é importante entender a câmera e estar no lugar certo e no momento certo. Hoje temos o lugar certo, o momento, mas nem sempre fotos de qualidade. Fico horrorizado ao ver algumas imagens de celular na televisão", diz. Ele não usa celular para fotografar.

Chivas na 1ª classe

Na primeira vinda ao Brasil, em 1967, Thomas chegou atrasado para o voo e acabou ficando sem vaga na classe econômica. "Perguntaram se eu não me importava em ficar na primeira classe. Tinha uma garrafa de Chivas (whisky) na mesa. Eu disse 'por mim tudo bem'. Foi a única vez na minha vida que consegui isso. Vim tomando o Chivas", conta rindo.